

1 Apresentação

‘*CIDADANIA DIGITAL*’ - palavras de amplo entendimento quando separadas. Se vinculadas, problematizam a abordagem sociológica da expressão de um tempo. E remetem à busca, nos últimos decênios, de uma proposta de resultados à questão crucial das desigualdades sociais, entre as quais situa-se, com relevância, a da exclusão digital. Sua força semântica nos soa vasta e mobilizadora, remetendo-nos a cenários através dos quais procuramos elucidar a importância da inclusão digital como forma de inclusão social.

Neste caminho, a presente pesquisa se propõe inquirir a complexidade e a extensão advindas desta nova expressão: ‘*CIDADANIA DIGITAL*’ e sua eficácia como resposta às desigualdades sociais no Brasil contemporâneo.

A partir desta proposta de natureza mais ampla, observaremos uma organização social pioneira em projetos de inclusão digital na América Latina, com sede no Brasil/Rio de Janeiro: o *CDI – Comitê para a Democratização da Informática*.

Neste intuito, voltamos nossas pesquisas ao cenário das ONGs - as organizações sociais sem finalidades lucrativas,¹ que se fortalecem no Brasil, significativamente, a partir das últimas décadas do século XX, reunidas no setor econômico denominado ‘Terceiro Setor’. O CDI surge neste cenário das organizações sociais brasileiras propondo, de forma pioneira, o uso estratégico das TICs – as Tecnologias de Informação e Comunicação, para promover a inclusão social e o combate às desigualdades.

Estudar de forma mais precisa as circunstâncias nas quais ocorreram a ascensão e o fortalecimento das organizações não governamentais, buscando entender

¹ A denominação *ONG* não consta do Código Civil Brasileiro como figura jurídica. Entretanto, dada sua tradição histórica de ação no espaço público, é reconhecida como parte do *conjunto das pessoas jurídicas de direito privado*. Referenciada, portanto, à Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, que em seu artigo 44 especifica como “*pessoa jurídica de direito privado: I. as associações; II. as sociedades; III. as fundações; IV. as organizações religiosas; e V. os partidos políticos*”. As ONGs - em sua especificidade, mundialmente reconhecida, “*de entidade privada sem fins lucrativos para o desenvolvimento de atividades de caráter público*” – tem sido inseridas, em geral, no Brasil, no formato jurídico das “*associações*”. O que nos remete ao artigo 53, do mesmo Código, que define as *associações* como aquelas constituídas “*pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos*”. Fonte de consulta: *ONG na Lei – Perguntas e Respostas*. MHS (Management Sciences for Health) do Brasil – 1ª. Edição, 2004.

sua contribuição às mudanças que alteraram os cenários sociais, políticos e econômicos, nos levará a refletir sobre as transformações exigidas à sociedade brasileira neste início de milênio.

Desta forma, pretendemos entender o surgimento e a expansão da ONG CDI no cenário brasileiro da década de 90. Seus atuais objetivos, métodos de trabalhos e resultados, compõem o universo dessa pesquisa, através da qual buscamos respostas aos desafios da *info-exclusão*² no Brasil contemporâneo.

Em nossas pesquisas verificamos que o CDI atuava promovendo parcerias com empresas privadas, com a Sociedade Civil – através de outras organizações sociais – e com o Estado, em projetos de inclusão digital para promoção dos direitos de cidadania. Tais intervenções estratégicas engendraram um amplo panorama social que nos interessa, em especial, no propósito de investigar os resultados qualitativos de seu exercício metodológico para o alcance da chamada ‘*CIDADANIA DIGITAL*’.

Partimos do pressuposto que as desigualdades sociais ainda se apresentam como fator característico da sociedade brasileira e que este traço da nossa realidade se tem revelado extremamente persistente no tempo. Como um agravante ao quadro das desigualdades, uma segunda característica distingue o Brasil no contexto internacional: a baixa escolaridade da população, mesmo considerando como padrão para tal comparação os países em estágio de desenvolvimento semelhante ao nosso. Neste sentido, a educação assume um papel central para o entendimento da má distribuição e sua persistência temporal.³

Neste cenário, emerge a revolução promovida pelas TICs – as Tecnologias de Informação e Comunicação - reformulando, em todo o planeta, a base material das sociedades. Promove, neste início de século, mudanças radicais nos mais variados setores exigindo, de economias e indivíduos, uma profunda e inovadora transformação.

² O conceito relativo ao termo “*info-exclusão*”, ao qual ora nos reportamos, encontra-se explicitado no capítulo *Conhecimento Tecnológico e Informação - a Era da Sociedade Informacional* neste trabalho.

³ Segundo Pinheiro & Giambiagi em *Rompendo o Marasmo – A Retomada do Desenvolvimento no Brasil*, 2006, p. 259: “*A desigualdade de renda elevou-se durante a década de 1960, manteve-se estável na de 1970, e voltou a subir no período inflacionário da década de 1980, só caindo nos anos 90, quando retornou ao nível verificado no início da década de 1970.*” Segundo estes mesmos autores, o baixo nível educacional brasileiro seria responsável, neste início de século, por entre 30% a 50% da desigualdade da renda salarial. Neste sentido, a educação afeta a distribuição de renda no Brasil.

Desta forma, consideramos fundamental continuar a estudar e debater o trinômio *inclusão digital / cidadania / desigualdades*, assim como, analisar iniciativas da Sociedade Civil que apresentem resultados em projetos alternativos de educação. Nos referimos, em especial, àqueles voltados ao uso das Tecnologias de Informação e Comunicação, dado que a educação é o caminho natural para que se promova a absorção das novas tecnologias, na perspectiva do crescimento econômico, da inclusão social e do fomento à cidadania.

Problematizar a proposta de inclusão digital integrada à temática da cidadania, como é o caso CDI, nos leva à pergunta central desta pesquisa: *seria o método pedagógico de inclusão digital desenvolvido pelo CDI uma resposta viável para o combate às desigualdades sociais no Brasil contemporâneo?*

No propósito de buscar respostas através da observação da realidade e da análise crítica, estruturamos o presente trabalho através dos seguintes capítulos:

“*Conhecimento Tecnológico e Informação: a Era da Sociedade Informacional*”: neste capítulo refletimos sobre as sociedades baseadas nas TICs – as Tecnologias de Informação e Comunicação, que emergem no cenário mundial como uma nova expressão de riqueza, produtividade e poder na segunda metade do século XX. E também, sobre como o abismo digital entre usuários e não usuários da Internet problematiza as questões das desigualdades sociais no Brasil, agravando, em escala exponencial, o atraso tecnológico para largas margens da população brasileira - já em acentuado desnível de informação e conhecimento. Interessa-nos, portanto, discutir a exclusão digital, ou melhor, a “*info-exclusão*” (Castells, 2004), como uma nova face da exclusão social, assim como, a exigência de um olhar urgente e diferenciado ao entrave presente das desigualdades sociais no Brasil contemporâneo.

“*Cidadania no Brasil e Emergência das ONGs*”: neste capítulo, refletimos sobre a construção da cidadania como fenômeno histórico e também sobre a especificidade da conquista de direitos civis, políticos e sociais no modelo brasileiro. Em um segundo momento, neste mesmo capítulo, nos propomos a aprofundar alguns aspectos das transformações ocorridas na sociedade brasileira nos anos 70-90. Neste cenário, nosso foco se dá, inicialmente, em direção às “AMPs”, ou seja, às entidades que promoveram ‘*assessoria aos movimentos populares*’ em suas iniciativas preliminares de ‘*educação*

popular. Em seguida, abordamos os acontecimentos que propiciaram, neste universo, o aparecimento das ONGs.

“*Inclusão Digital e Cidadania: o estudo do caso CDI*”: em uma primeira parte apresentamos histórico e objetivos do CDI, Comitê para a Democratização da Informática, assim como, sua metodologia e resultados de trabalho do ponto de vista institucional. Na segunda parte apresentamos os temas ‘*Inclusão Digital*’, ‘*Cidadania*’ e ‘*Desigualdades*’, a partir de uma série de informações colhidas em entrevistas junto a coordenadores, educadores, educandos e voluntários de quatro Escolas CDI, na cidade do Rio de Janeiro.

As Escolas CDI se apresentavam, à época dos levantamentos, através de dois modelos: “*EIC – Escola de Informática e Cidadania*” e “*CDI-Comunidade*”. Tais categorias eram indicativas do estágio de evolução à sustentabilidade das Escolas do CDI.

A chamada “*EIC-Escola de Informática e Cidadania*” representava, para a ONG, um antigo estilo de funcionamento das Escolas, que pressupunha focar esforços apenas nos conteúdos das aulas, em torno de ‘*Informática e Cidadania*’, cabendo ao CDI apoiá-las em organização e estruturação.

O modelo de Escola “*CDI-Comunidade*” também preservava esforços nos conteúdos de aprendizagem - ‘*Informática e Cidadania*’ - mas privilegiava a autogestão; propunha uma maior integração com as comunidades do entorno; e estimulava a obtenção de recursos financeiros através da prestação de serviços que respondessem às necessidades locais e ainda garantissem a autosustentação das Escolas – dessa forma, apontando para um modelo de autonomia que, assim desejava o CDI, viesse a ser majoritário para a funcionalidade da Rede CDI.

A metodologia adotada para o desenvolvimento da pesquisa integra tais categorias e encontra-se detalhada no item ‘*Introdução*’ do citado capítulo.

Conclusões Gerais: finalmente, a partir dos conteúdos consolidados nos capítulos precedentes, elaboramos uma análise crítica mais ampla, que apresentamos ao término deste trabalho. Nas ‘*Conclusões Gerais*’ nos posicionamos em relação à viabilidade da proposta pedagógica do CDI - por nós entendida como um processo de

promoção da ‘*CIDADANIA DIGITAL*’, a partir de uma leitura de articulação metodológica na linha da educação complementar.

Pretendemos, a partir desta pesquisa, contribuir para o aprofundamento do debate sobre as atuais contrapartidas disponíveis à sociedade civil brasileira para o combate à ‘info-exclusão’ e, por conseguinte, às desigualdades sociais no Brasil contemporâneo.